



HOSPITAL DA MULHER E MATERNIDADE D. REGINA
Palmas – TO

ANEXO DO EDITAL

ANEXO XXXI – CADERNO DE GOVERNANÇA



SUMÁRIO

1. DEFINIÇÕES GERAIS.....	3
2. DEFINIÇÃO DAS PARTES.....	3
3. DA IMPORTÂNCIA DO GOVERNANÇA NA GESTÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO	4
4. COMITÊ DE MONITORAMENTO E GESTÃO (CMOG)	5
4.1. DA COMPOSIÇÃO.....	5
4.2 DAS PREMISSAS E DIRETRIZES.....	6
4.3 DAS RESPONSABILIDADES.....	6
4.4 DO FUNCIONAMENTO.....	7
5. DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	8
5.1. DAS RESPONSABILIDADES.....	8
5.2. DA QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	9
5.3. DAS CAUSAS DE DESTITUIÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE ..	10
6. DA TRANSPARÊNCIA.....	10
7. RELATÓRIOS E PARECERES.....	10
7.1 Relatório de Conclusão da ETAPA DE OBRAS	11
7.2 Relatório de Vistoria	11
7.3 Relatório Gerencial Mensal	12
7.4 Relatório Gerencial Anual.....	12
7.5 Relatório de Avaliação.....	13
8. REVISÃO DO CADERNO DE GOVERNANÇA.....	14



1. DEFINIÇÕES GERAIS

Este ANEXO tem como objetivo definir o modelo de governança para a PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA CONSTRUÇÃO, GESTÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO NOVO HOSPITAL DA MULHER E MATERNIDADE DONA REGINA, NO MUNICÍPIO DE PALMAS, durante a vigência do contrato.

Para melhor harmonizar o interesse público e as relações com o parceiro privado, o presente instrumento define os atores envolvidos e suas respectivas competências e responsabilidades, conforme as seguintes premissas e princípios listados abaixo:

- A. Participação: grau de envolvimento dos interessados;
- B. Respeitabilidade: grau em que a formação e a administração das regras são realizadas sem prejuízos ou reclamações da comunidade;
- C. Transparência: o grau de clareza e transparência sobre as ações e decisões praticadas;
- D. Prestação de contas: medida que demonstra a lisura do processo e a responsividade dos membros executores;
- E. Equidade: o grau em que as regras se aplicam igualmente a todos na sociedade, observando-se critérios de justiça;
- F. Eficiência: rendimento satisfatório com a menor aplicação de recursos possível;
- G. Cooperação: relação harmoniosa entre os membros da parceria, em favor da execução exitosa do empreendimento.

2. DEFINIÇÃO DAS PARTES

Os atores envolvidos no CADERNO DE GOVERNANÇA, sem prejuízo da inclusão de outras partes interessadas durante o período de vigência do contrato, são os seguintes:



1. PODER CONCEDENTE: GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, definida como autoridade máxima.
2. COMITÊ DE MONITORAMENTO E GESTÃO (CMOG): Comitê responsável pela regulação, gestão e fiscalização do CONTRATO da CONCESSÃO formado por 3 (três) membros do PODER CONCEDENTE. Cada membro deverá ter 01 (um) suplente.
3. CONCESSIONÁRIA: SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE), constituída de acordo e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de execução do OBJETO do CONTRATO.
4. VERIFICADOR INDEPENDENTE: instituição especializada, a ser selecionada pelo PODER CONCEDENTE e contratada pela CONCESSIONÁRIA, sob regime privado, para realizar o monitoramento e a auxiliar o CMOG na gestão e fiscalização do CONTRATO de CONCESSÃO.

3. DA IMPORTÂNCIA DO GOVERNANÇA NA GESTÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO

O CADERNO DE GOVERNANÇA é a ferramenta responsável por assegurar que os esforços empreendidos pelas várias entidades envolvidas no projeto atinjam as expectativas esperadas nos âmbitos financeiro, político e social. A partir da lógica de fluxos informacionais desenvolvida no modelo, serão confiadas responsabilidades a cada um dos atores, definindo, ainda, como e quando cada um deles irá se manifestar na prestação de contas e esclarecimentos sobre suas entregas e atividades.

Os mecanismos de governança foram desenhados a fim de abreviar ou eliminar os conflitos de interesse existentes quando entidades de disciplinas distintas trabalham juntas. A constituição de uma linha perene de planejamento, acompanhamento, fiscalização e correção significa que o sistema visa atender às necessidades e anseios de todos os atores envolvidos. Os dispêndios com aquisição do terreno, obras, manutenção e operação serão distribuídos



conforme o interesse público e a capacidade dos atores em arcar com esses custos.

A boa governança permite efetivas interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidas, como as decisões são tomadas e como os cidadãos ou atores sociais participam. Na essência, trata-se de poder, relacionamento e responsabilização: quem tem influência, quem decide e como os tomadores de decisão são responsabilizados.

Vale mencionar que os atores discriminados no presente instrumento, independentemente de sua natureza organizacional, possuem real compromisso com o interesse público, haja vista que a sociedade representa uma parte interessada e com influência significativa no processo.

4. COMITÊ DE MONITORAMENTO E GESTÃO (CMOG)

4.1. DA COMPOSIÇÃO

O Comitê de Monitoramento e Gestão (CMOG) tem caráter consultivo e fiscalizador e é composto por:

- A. 03 (três) membros do PODER CONCEDENTE indicados no prazo máximo de 15 (quinze) dias após publicação de assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- B. O CMOG deverá ter os membros titulares e suplentes indicados pelos seguintes órgãos do PODER CONCEDENTE:
 - a. 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente da Secretaria de Estado da Saúde com diploma de nível superior na área da saúde, e que presidirá o CMOG;
 - b. 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente da Secretaria de Parcerias e Investimentos – SPI com diploma de nível superior em qualquer área; curso de capacitação e/ou certificação em Parcerias Público-Privada;



- c. 1(um) membro titular e 1(um) suplente da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, com diploma de nível superior em qualquer área; experiência e gestão financeira ou fazendária;
- C. Todos os membros titulares e suplentes deverão ser do quadro efetivo do PODER CONCEDENTE.

4.2 DAS PREMISSAS E DIRETRIZES

São premissas e diretrizes do CMOG:

- A. Efetiva participação;
- B. Respeitabilidade;
- C. Transparência;
- D. Prestação de contas;
- E. Equidade;
- F. Eficiência;
- G. Parceria.

4.3 DAS RESPONSABILIDADES

O Comitê de Monitoramento e Gestão (CMOG) terá as seguintes responsabilidades relativas ao acompanhamento e gestão do CONTRATO:

1. Instruir os processos administrativos relativos à gestão contratual dos projetos;
2. Gerir as definições e obrigações das artes estabelecidas pelo CONTRATO;
3. Avaliar e emitir pareceres com relação aos relatórios entregues pela CONCESSIONÁRIA e os Relatórios de Avaliação do VERIFICADOR INDEPENDENTE.
4. Regular, fiscalizar e gerir o serviço OBJETO do CONTRATO;
5. Revisar, modificar e atualizar o CADERNO DE GOVERNANÇA;



6. Colaborar para a livre e independente atuação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, permitindo amplo acesso às contas e aos registros necessários para apuração dos resultados;
7. Prestar contas à sociedade sempre que necessário, mediante apresentação de relatórios e disponibilização de todas as informações relativas ao CONTRATO;
8. Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do CONTRATO;
9. Acompanhar o cumprimento das regras de garantia e das condições de pagamento contratuais;
10. Moderar e mitigar os conflitos e riscos relativos à CONCESSÃO;
11. Opinar sobre a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, através de parecer técnico.
12. Avaliar e deliberar sobre demandas e questionamentos ofertados pela COMISSÃO DE INTERFACE, constituída nos termos da Cláusula Quadragésima-Primeira do CONTRATO.

4.4 DO FUNCIONAMENTO

1. O Comitê de Monitoramento e Gestão (CMOG) será supervisionado pelo PODER CONCEDENTE e terá caráter deliberativo.
2. O Comitê de Monitoramento e Gestão (CMOG) reunir-se-á, obrigatoriamente, com a frequência mínima mensal, a contar do mês de publicação do CONTRATO de CONCESSÃO, ou sempre que o representante do PODER CONCEDENTE julgar necessário, sendo esta, comunicada aos membros do Comitê com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.
3. Qualquer membro deste Comitê poderá pedir ao representante do PODER CONCEDENTE para convocar reunião mediante apresentação de termo circunstanciado que apresente razões para tal.



4. As funções deste Comitê serão exercidas durante o período de VIGÊNCIA do CONTRATO, incluindo o período de OBRAS.
5. Cabe à autoridade máxima do PODER CONCEDENTE deliberar e arbitrar eventuais conflitos ocorridos entre os membros do Comitê.
6. É vedado aos participantes ausentes de uma reunião manifestar-se contra as decisões tomadas pelo Comitê na ocasião que estavam ausentes.
7. Todos os membros do Comitê poderão formular perguntas à CONCESSIONÁRIA, ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e às demais partes, que deverão respondê-las no prazo fixado pela ata de reunião.
8. Ao final de cada reunião do Comitê será produzida uma ata que registrará o fluxo dos trabalhos, bem como os compromissos assumidos por cada membro.

5. DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

O VERIFICADOR INDEPENDENTE será selecionado pelo PODER CONCEDENTE e contratado pela CONCESSIONÁRIA, atuando em caráter consultivo, auxiliar fiscalizatório e auxiliar na gestão do CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA CONSTRUÇÃO, GESTÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO NOVO HOSPITAL DA MULHER E MATERNIDADE DONA REGINA, NO MUNICÍPIO DE PALMAS, de forma independente e alheia às demais partes.

5.1. DAS RESPONSABILIDADES

Sem prejuízo das demais disposições expressas no contrato do VERIFICADOR INDEPENDENTE, caberá a este:

- a. Auxiliar na regulação, gestão e fiscalização do CONTRATO;
- b. Prestar informações técnicas quanto ao CONTRATO, mediante solicitação do CMOG;



- c. Realizar, sob demanda e nos termos propostos pelo PODER CONCEDENTE, pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços concedidos;
- d. Emitir pareceres técnicos e econômicos jurídicos relativos à regulação dos serviços, sobretudo quanto aos pedidos de reequilíbrio, reajustes, revisão de contratos e outros, inclusive e especialmente durante os processos de revisões ordinárias e extraordinárias de contrato e nos pleitos instaurados para fins de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- e. Levantar os dados necessários para a aferição dos indicadores de desempenho, bem como propor o Valor de Contrapartida Mensal (VCM) devido à CONCESSIONÁRIA;
- f. Emitir Relatórios e pareceres acerca da prestação de serviços do Concessionário e atendimento dos indicadores de desempenho e avaliação dos relatórios gerenciais encaminhados pela CONCESSIONÁRIA;
- g. Analisar e emitir decisão de pleitos de ambas as partes envolvidas.

5.2. DA QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá, obrigatoriamente, demonstrar experiência em:

- a. atuação em funções VERIFICADOR INDEPENDENTE em outras parcerias público-privadas ou concessões; ou, alternativa ou cumulativamente,
- b. na elaboração de modelagem de parcerias público-privadas ou concessões.

Além disso, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá comprovar independência e imparcialidade em relação à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, bem como a inexistência de punições de ordem administrativa em vigor (impedimento de licitar, declaração de inidoneidade, interdição de direito) bem como de processo de falência ou recuperação judicial em curso.



5.3. DAS CAUSAS DE DESTITUIÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

O VERIFICADOR INDEPENDENTE poderá ser destituído das suas funções a pedido do PODER CONCEDENTE ou por iniciativa da CONCESSIONÁRIA nas hipóteses em que se verificar a perda da confiança das partes em seu trabalho. O seu contrato deverá prever o procedimento a tanto, destacando-se a necessidade de cláusula de suspensão preventiva de seus efeitos e de, no mínimo, as seguintes causas para a cessação do vínculo:

- a. Descumprimento de obrigações;
- b. Erros na coleta e tratamento de dados;
- c. Favorecimento de uma das partes;
- d. Manipulação de informações e uso de dados falsos;
- e. Conflito de interesses;
- f. Conluio.

6. DA TRANSPARÊNCIA

O Comitê de Monitoramento e Gestão (CMOG), assim como o VERIFICADOR INDEPENDENTE e PODER CONCEDENTE deverão cumprir com todos os princípios que regem a administração pública, com especial atenção à publicidade dos atos administrativos. As partes deverão sob a pena da lei tornar públicos os relatórios e dar notícias sobre o andamento e execução das atividades inerentes à CONCESSÃO, através de sítio eletrônico e quando houver necessidade nos diários oficiais. Além disso, deverá manter ativo um canal para que os interessados entrem em contato, via correio eletrônico, para comentários, sugestões, críticas e elogios. O portal será elaborado e gerido pelo PODER CONCEDENTE, e poderá contar com contribuições das demais partes envolvidas no CONTRATO.

7. RELATÓRIOS E PARECERES



Para subsidiar a realização de uma gestão eficiente do CONTRATO, este CADERNO DE GOVERNANÇA prevê a elaboração de Relatórios Periódicos por parte dos envolvidos. Os relatórios disponibilizarão informações relativas ao desenvolvimento das atividades OBJETO do CONTRATO, quais sejam:

7.1 Relatório de Conclusão da ETAPA DE OBRAS

O Relatório de Conclusão da ETAPA DE OBRAS deverá ser confeccionado pela CONCESSIONÁRIA e encaminhada ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e PODER CONCEDENTE, ao término do período da ETAPA DE OBRAS, ou seja, quando concluídas as incumbências do período. O relatório deverá versar sobre o atendimento da CONCESSIONÁRIA aos deveres contratuais pertinentes a esta etapa contratual, especialmente quanto ao exigido no ANEXO XXVIII – CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS e CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS, detalhando a realização das obras de construção do HMMDR e implantação dos equipamentos e infraestruturas pertinentes por intermédio de relatórios “As Built”.

7.1.1. Independentemente do dever de avaliação do Relatório de Conclusão da ETAPA DE OBRAS, caberá ao VERIFICADOR INDEPENDENTE realizar relatórios mensais sobre o andamento das obras, noticiando ao PODER CONCEDENTE eventuais atrasos e problemas pertinentes à execução desta etapa.

7.2 Relatório de Vistoria

O Relatório de Vistoria deverá ser confeccionado pela CONCESSIONÁRIA e encaminhado ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e PODER CONCEDENTE, 30 (trinta) dias antes do término do CONTRATO. O relatório deverá apresentar o conteúdo mínimo apontado a seguir:

- Listagem detalhada e atualizada dos bens reversíveis da concessão;
- Relatório de eficiência dos equipamentos;



- Relação dos bens não afetos à concessão e pertinentes à execução contratual.

7.3 Relatório Gerencial Mensal

Elaborado pela CONCESSIONÁRIA, com periodicidade mensal, em até 05 dias contados a partir do fechamento do mês ao qual será relatado os fatos. O relatório destina-se a fornecer informações para o PODER CONCEDENTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE sobre o cumprimento das diretrizes contratuais e atendimento dos indicadores de desempenho, divididos nos seguintes grupos:

- A. Logística – Almoxarifado e Farmácia;
- B. Central de material esterilizado;
- C. Manutenção predial e parques e jardins;
- D. Engenharia clínica;
- E. Controle de acesso – recepção e portaria/vigilância;
- F. Lavanderia;
- G. Limpeza e gestão de resíduos sólidos;
- H. Nutrição e dietética;
- I. Transporte de pacientes (ambulâncias, maqueiros, necrotérios);
- J. Tecnologia da informação e telefonia;
- K. Serviços administrativos;
- L. Consumo (água, gases medicinais, gás de cozinha, internet e telefonia)

7.4 Relatório Gerencial Anual

Elaborado pela CONCESSIONÁRIA, com periodicidade anual, a ser entregue em até 05 dias após o fechamento do período de 12 meses, ao qual serão relatados os fatos. Este relatório destina-se a fornecer informações para o PODER CONCEDENTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE sobre o

compilado de resultados acumulados durante os últimos 12(doze) meses de operação. O relatório deverá conter em caráter obrigatório o seguinte conteúdo:

A. Gestão Operacional

- Compilado de 12(doze) meses dos aspectos financeiros do período incluindo as receitas operacionais, custos e despesas segregadas por tipo;
- Compilado de 12(doze) meses dos aspectos financeiros voltados a investimento como o pagamento de tributos, recolhimentos e contribuições;
- Compilado de 12(doze) meses do Demonstrativo de Resultado do período (DRE) Fluxo de Caixa do período e Balanço Patrimonial;
- Planejamento da rotina de manutenções e investimentos para os próximos 12(doze) meses

B. Cálculo dos indicadores de desempenho

- Cálculo dos indicadores de desempenho - apresentação dos resultados para cada índice conforme estipulado pelo ANEXO XVIII - INDICADORES DE DESEMPENHO;
- Apresentação do impacto do FATOR DE DESEMPENHO no cálculo do VALOR DE CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL;
- Análise de Evolução Tecnológica, cujo conteúdo deverá abordar, obrigatoriamente, as principais tendências nacionais e internacionais sobre as inovações tecnológicas acerca do OBJETO contratado;
- Relatório descritivo exemplificando o entendimento da CONCESSIONÁRIA acerca do atingimento das metas e indicadores estabelecidos pelo CONTRATO e eventuais contribuições e percepções gerais.

7.5 Relatório de Avaliação

Elaborado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, com periodicidade mensal que deverá ser emitido em até 05 dias contados a partir do recebimento



do Relatório Gerencial DA CONCESSIONÁRIA. O relatório com base na avaliação dos Relatórios de Desempenho emitidos pela CONCESSIONÁRIA e eventualmente a partir de visitas e avaliações in loco. O Relatório de Avaliação destina-se a fornecer informações para o PODER CONCEDENTE sobre o funcionamento dos serviços OBJETO do CONTRATO além de propiciar à CONCESSIONÁRIA o devido entendimento acerca dos critérios de avaliação.

O Relatório irá avaliar cada um dos critérios apresentados pelo Relatório Gerencial Mensal nos temas pertinentes à execução contratual, além de emitir parecer final acerca das análises, propor o Valor de Contraprestação Mensal devida à CONCESSIONÁRIA, bem como definir demais encaminhamentos.

8. REVISÃO DO CADERNO DE GOVERNANÇA

Tendo em vista a longa duração do CONTRATO, é de se esperar que diferentes cenários exijam flexibilidade dos procedimentos ora consolidados, de forma a atender às novas demandas e de maneira a se adequar às conjecturas supervenientes. Sendo assim, faz-se razoável a criação de um mecanismo que proponha a revisão da governança, haja vista que o modelo que se pretende criar neste momento não tem a pretensão de engessar a regulamentação da atuação dos atores por todos os anos que compõem a vigência do CONTRATO.

Desta forma, o Comitê de Monitoramento e Gestão (CMOG) reserva-se no direito de revisar este CADERNO DE GOVERNANÇA sempre que necessário. Pode-se, também, adotar a **governança neutra**: dar-se-á quando o VERIFICADOR INDEPENDENTE ou correlato funcionar como um agente neutro de governança, haja vista a já citada imparcialidade e idoneidade, essenciais para a execução de suas atividades.

O que se espera do VERIFICADOR INDEPENDENTE quanto à revisão da governança é que, enquanto agente neutro, este possa mediar eventuais disputas de interesses. Destarte, proverá acordos de níveis de serviços com periodicidade a ser definida, gerenciando, ainda que não de forma externa, imparcialmente a possibilidade de revisão da governança.